



Número: **0801165-46.2019.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Portalegre**

Última distribuição : **04/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.075,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42027698	16/04/2019 09:28	Petição Inicial	Petição Inicial
42027727	16/04/2019 09:28	INICIAL	Outros documentos
42027762	16/04/2019 09:28	Procuração, contrato de trabalho e declaracao de pobreza	Outros documentos
42027790	16/04/2019 09:28	Documentos pessoais	Outros documentos
42027812	16/04/2019 09:28	comprovante de endereço	Outros documentos
42027974	16/04/2019 09:28	B.O	Outros documentos
42028190	16/04/2019 09:28	Processo adminitrativo	Outros documentos
42028222	16/04/2019 09:28	documento do veiculo	Outros documentos
42028295	16/04/2019 09:28	PROCURACAO PARTICULAR	Outros documentos
42028346	16/04/2019 09:28	prontuários-otimizado 1	Outros documentos
42028355	16/04/2019 09:28	prontuários-otimizado 2	Outros documentos
42028361	16/04/2019 09:28	LAUDO MEDICO	Outros documentos
42086044	18/04/2019 17:34	Certidão	Certidão
42094470	24/04/2019 10:02	Despacho	Despacho
44601802	19/06/2019 10:24	Decisão	Decisão
48980076	25/09/2019 11:15	Despacho	Despacho
54093370	10/03/2020 09:12	Intimação	Intimação
54093371	10/03/2020 09:12	Citação	Citação
54284369	14/03/2020 23:36	Comunicações	Comunicações
54284370	14/03/2020 23:36	DESINTERESSE AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO.	Outros documentos

Petição em anexo.



**MOSSORO & ADVOGADOS ASSOCIADOS
KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO**

DARWIN WAMBERTO B. SALES

Rua Antonio Vieira de Sá nº 986

– Bairro Aeroporto-Mossoro-RN

Tel (84) 9991-1313

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEL DA COMARCA DE APODI /PB

FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA, brasileira, casado, agricultor, portador do RG nº 001.426.045 SSP/RN e CPF nº 031.444.544-78, residente e domiciliado na Avenida Doutor François Silvestre n. 01 apto. 01- Centro- Viçosa-RN CEP: 59.815-000, por intermédio de seu e ou sua bastante procurador (a) que está subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex.^a, propor o presente:

ACÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.
(COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT)

Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, Inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, com endereço situado na Avenida Treze de Maio nº 23, 2º andar, Ed. Darke Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-902, podendo ser citada por meio eletrônico, conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, expondo e requerendo ao final o seguinte:

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º



caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

SINOPSE DOS FATOS:

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 06 de junho de 2018, por volta das 09:00 horas, quando o declarante juntamente com seus familiares viajavam em uma Corsa Classic de Placas NVE- 5393-RN, com destino a Cidade de Umarizal, quando o motorista do mesmo ao perder o controle da direção veio a cair em um barranco, na Rodovia RN 117, depois do trevo que dar acesso a Cidade de Martins, tendo o mesmo juntamente com seus familiares saído ferido do referido sinistro, que foi socorrido pela ambulância para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, onde foi submetido a tratamentos médicos conforme boletim de ocorrência em anexo.

Concernente à gravidade das lesões, o requerente fora submetido a intervenções médicas devido a uma **FRATURA RAQUIMEDULAR**, cujas sequelas comprometem as funções do membro em comento, dentre outras complicações físicas, CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO, em anexo.

Devido ao fato do sinistro nº **3180515584** decorrer de acidente de trânsito requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora, pagou ao promovente, através do (CONSÓRCIO DAS SEGURADORAS), a importância de R\$ 3.375.00 conforme recibo em anexo.

O fato é que no processo administrativo não houve a gradação da invalidez, em percentuais somando-se que inexistiu no processo administrativo qualquer dado que venha informar ao beneficiário/ parte promovente quais os critérios médicos, científicos que justifique a forma clara como a seguradora chegou a pagar o valor via administrativa, não podendo em hipótese alguma prevalecer o quantum pago pela demandada, os mesmos ferem a norma legal.

O autor impugna os valores pagos administrativamente pela demandada, por absoluta falta de transparência, critérios médicos científicos que possa



aquilatar, mensurar o quantum devido, sendo que, neste sentido o art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74, é claro ao determinar que o pagamento deveria ser quantificado em obediência a tabela fixada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer, contra os valores pagos administrativamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou seja, tratando-se de DPVAT, a vítima é obrigada a receber os valores pagos pela autarquia sem que possa discutir sobre o quantum, numa total afronta a determinação legal fixada na norma jurídica.

A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP- (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros ilegais, para definir do ponto de vista administrativo o valor a ser pago aos beneficiários, tratando-se de pagamento administrativos estes desafiam a Lei nº 11.945/2009.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente. A Demandada, ainda se recusa a recepcionar a documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar o DUT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra o dia 16 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória nº. 340/2006 (29/12/2006), aplica-se a primitiva redação da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei nº. 11.482/2007. Destarte, deve as seguradoras conveniadas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, não sendo lícito, a



autarquia ré, pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização, das instituições em especial do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária, quanto aos critérios de pagamento as vítimas de acidente de trânsito em nosso país.

O fato é que enquanto o cidadão comum é vítima de altos valores decorrente do seguro DPVAT, o Tribunal de Contas de União (TCU), realizou auditoria no Seguro de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (seguro DPVAT) e apontou doze achados de irregularidades que demonstram a necessidade de se rediscutir e mudar o atual modelo de gestão da Seguradora. A auditoria foi realizada entre março de 2014 e maio de 2015, com o objetivo de verificar os atos de regulação e de fiscalização da entidade no que tange à formação e à pertinência dos custos que compõem o prêmio de DPVAT. Fonte-([Acórdão 2609/2016](#) - TCU - Plenário-Sessão: 11/10/2016.

DO DIREITO:

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.

No mesmo curso:

“A indenização por pessoa vítimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será



paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)

- DA JURISPRUDÊNCIA

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

“(AC nº 2012.018378-9, AC nº 2013.002870-9 e AC nº 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC nº 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC nº 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013).”

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: “Súmula 474/STJ:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para que Vossa Excelência, possa ter uma ideia da materialidade dos valores envolvidos, em 2015 a arrecadação total do Seguro DPVAT somou mais de R\$ 8 bilhões, segundo as demonstrações financeiras da Seguradora Líder. Desse montante, R\$ 4,326 bilhões (50%) foi destinado à operacionalização do seguro, sendo R\$ 3,381 bilhões gastos com o pagamento de indenizações às vítimas de acidentes. No mesmo exercício, o lucro líquido da seguradora Líder foi de R\$ 2,62 milhões, e o resultado total destinado a cada seguradora, na proporção de sua participação nos consórcios, foi de R\$ 172,6 milhões.

Não existe outra forma para solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

- DO REQUERIMENTO



Pelo Exposto, requer a V.Ex.^a, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da COMPLEMENTAÇÃO indenizatória em epígrafe, fundada no pagamento de R\$6.075.00, referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

01- Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão;

04 – Requer os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o autor é pobre na forma da lei.

05 - Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da causa, referente a honorários advocatícios;

06 - Informa a parte autora que como é de praxe em demanda similares a parte demandada não manifestar interesse sobre a realização de audiência conciliatória, requer a parte promovente a dispensa da audiência retro citada bem como de mediação nos termos do novo CPC;

Dar-se à presente o valor de R\$6.075.00 para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

MOSSORO-RN, aos 15 de ABRIL de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
advogada



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQUÊLAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

QUAL A REPERCUSSÃO FUNCIONAL DA DEBILIDADE NO MEMBRO SUPERIOR/INFERIOR, ATINGIDO?

Sem mais, em ____/____/____.
(Assinatura – carimbo – CRM)



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante _____, brasileiro(a) _____, portador do CPF: _____, residente na Rua: _____,

_____, Bairro: _____, COMARCA _____, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de _____-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na clausula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em ____/____/2018.

Contratante: X Francisco de Souza

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: _____, brasileiro(a) -
_____, portador do RG nº _____, e do
CPF nº _____, residente na RUA: _____,
BAIRRO: _____ COMARCA _____ - Rio
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWNZ
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",
para ajuizar ação de cobrança na Comarca _____-RN,
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em ____/____/2018.

Outorgante: X Francisco de Souza

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

_____, brasileiro(a), _____,
portador do RG nº _____, e do CPF _____, residente na
_____, na Cidade de _____ - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de _____ - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em ____/____/2018.

Declarante:

Francisco Ezequiel de Souza

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, _____, brasileiro, _____,
_____, com CPF nº _____, residente na
Rua _____ nº _____, BAIRRO: _____,
_____-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em ____/____/____.

Declarante:

X Pracis do E. L. do Nascimento

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





10.438, de 26/04/02

ETRICA

50
RBR

DADOS DO CLIENTE
FRANCISCO EURAZIO DE SOUZA
Alteração de Titularidade
CPF: 031.444.544-78

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
AV. DOUTOR FRANCISCO SILVEIRA TISSIN
AP-01 CASA DE ANTONIA
CENTRO/ÁREA URBANA
VICOSA RN
59815-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
002105004	UNICA	14/02/2018

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
14/02/2018	3010021824	1561523

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7000033116	02/2018

DATA DE VENCIMENTO	DATA PRÓXIMA LEITURA
21/02/2018	15/03/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)	48,59
---------------------	-------

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)

TOTAL DE FATURAS

48,59

9-9802-2297



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA Alteração de Titularidade CPF: 031.444.544-78	DATA DE VENCIMENTO 20/09/2018 TOTAL A PAGAR (R\$) 78,80	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 13/09/2018 DATA DA APRESENTAÇÃO 13/09/2018 NÚMERO DA NOTA FISCAL 012255183 Série: U	CONTA CONTRATO 007000033116 Nº DO CLIENTE 3010021824 Nº DA INSTALAÇÃO 0001561523
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA AV DOUTOR FRANCOIS SIVESTRE 1 SN AP-01 CASA DE ANTONIA CENTRO/ÁREA URBANA 59815-000 VICOSA RN	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico		
RESERVADO AO FISCO EF82.46EB.9269.9075.71EB.F4FC.632A.7674			

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	94,00	0,63827160	59,99
Acréscimo Bandeira VERMELHA			6,23
Religação de Unidade Consumidora			7,63
Multa por atraso-NF 010800404 - 13/08/18			1,44
Multa por atraso-NF 009350674 - 12/07/18			1,29
Juros por atraso-NF 010800404 - 13/08/18			0,36
Juros por atraso-NF 009350674 - 12/07/18			1,01
Atualização IGPM-NF 010800404 - 13/08/18			0,24
Atualização IGPM-NF 009350674 - 12/07/18			0,61
TOTAL DA FATURA			78,80

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
ICMS		PIS	
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
66,22	18,00	11,91	1,19

COFINS			
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
66,22	5,48	3,62	

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo(kWh)	0,48081000		kWh
		SET 18	94
		AGO 18	102
		JUL 18	92
		JUN 18	82
		MAI 18	81
		ABR 18	78
		MAR 18	70
		FEV 18	91
		JAN 18	102
		DEZ 17	109
		NOV 17	83
		OUT 17	102
		SET 17	84

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
	R\$	%	
Geração de Energia	25,06	37,84	
Transmissão	2,98	4,50	
Distribuição (Cosern)	14,11	21,31	
Encargos Setoriais	3,97	6,00	
Tributos	16,31	24,63	
TOTAL	68,22	100	

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh		
		DATA	LEITURA						
00000000001506269	CAT	05/09/2018	16.641,00	13/09/2018	16.664,00	8	1,00000	0,00	23,00
00000000001506269	CAT	03/09/2018	16.641,00	05/09/2018	16.641,00	2	1,00000	0,00	0,00
00000000001506269	CAT	13/08/2018	16.570,00	03/09/2018	16.641,00	21	1,00000	0,00	71,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 15/10/2018

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
		jul/2018			
DIC-No.de horas sem Energia	ALM AFONSO	2,36	5,31	10,62	21,25
FIC-No.de vezes sem Energia		1,00	3,36	6,72	13,45
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		2,36	3,03	0,00	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 22,29					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES		NÍVEIS DE TENSÃO	
<p>Pague no ponto mais perto de você! a m serviços: rua ozeas pinto, centro / posto de medicamentos santa te: rua ozeas pinto, 163, centroLista completa em www.cosern.com.br. O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.</p>		TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)
			MÍNIMO MÁXIMO
		220	202 231
		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007000033116	09/2018	78,80	20/09/2018	

838900000005 788000364079 000033116202 010545271336



Evite dobrar e perfurar o canhoto.
Este canhoto será usado em leitora ótica.





Govorno do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE UMARIZAL
Endereço: Rua Raul Alencar, 473, Centro, UMARIZAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018127000117
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 31/07/2018 11:30:52
1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 06/06/2018 09:00:00
2.3 Fato: Consumado
2.5 Meio(s) empregado(s): Outros
2.6 Tipo do local: Rural
2.8 Número: S/N
2.10 Complemento:
2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida
2.4 Flagrante: Não
2.7 Logradouro: NA RN 117
2.9 CEP:
2.11 Ponto de Referência: PROXIMO AO TREVO QUE DAR ACESSO A
2.13 Cidade: TRIUNFO POTIGUAR

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: FRANCISCO EDSON FREITAS DA SILVA
3.3 Nome Social:
3.5 Etnia: Parda
3.7 Sexo: MASCULINO
3.9 CPF:
3.11 Nacionalidade:
3.13 Profissão: AGRICULTOR
3.15 Telefone(s): 84 998222297
3.17 Número: S/N
3.19 Bairro: ZONA RURAL
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE
3.23 Cidade: SEVERIANO MELO

3.2 Estado civil: Solteiro(a)
3.4 Pai:
3.6 Mãe: FRANCILMA DE SOUZA FREITAS
3.8 Orientação Sexual:
3.10 Identidade de Gênero:
3.12 Data de Nascimento: 12/12/1994
3.14 RG: 2798474
3.16 Passaporte:
3.18 Naturalidade: PAU DOS FERROS
3.20 E-Mail:
3.22 Logradouro: MALHADA VERMELHA
3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA
4.1.3 Nome Social:
4.1.5 Mãe: RAIMUNDA MARIA DE FREITAS
4.1.7 Orientação Sexual:
4.1.9 Sexo: MASCULINO
4.1.11 CPF: 03144454478
4.1.13 Nacionalidade:
4.1.15 Logradouro: AVENIDA DOUTOR FRANÇOIS SIVESTRE
4.1.17 Número: 01
4.1.19 Bairro: CENTRO
4.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4.1.2 Estado civil: Casado(a)
4.1.4 Pai: JOAO BATISTA DE SOUZA
4.1.6 Identidade de Gênero:
4.1.8 Etnia: Parda
4.1.10 Data de Nascimento: 15/10/1955
4.1.12 RG: 001426045
4.1.14 Profissão: APOSENTADO(A)
4.1.16 Passaporte:
4.1.18 E-Mail:
4.1.20 CEP:
4.1.21 Cidade: VIÇOSA

4.2.1 Nome Completo: FRANCISCA ROMANA DE FREITAS NETA E SOUZA
4.2.3 Nome Social:
4.2.5 Mãe: MARIA PAULA DA CONCEIÇÃO
4.2.7 Orientação Sexual:
4.2.9 Sexo: FEMININO
4.2.11 CPF:
4.2.13 Nacionalidade:
4.2.15 Logradouro: AVENIDA FRANÇOIS SIVESTRE
4.2.17 Número: 01
4.2.19 Bairro: CENTRO
4.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4.2.2 Estado civil: Casado(a)
4.2.4 Pai: MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA
4.2.6 Identidade de Gênero:
4.2.8 Etnia: Parda
4.2.10 Data de Nascimento: 06/12/1959
4.2.12 RG: 802752
4.2.14 Profissão: AGRICULTORA
4.2.16 Passaporte:
4.2.18 E-Mail:
4.2.20 CEP:
4.2.21 Cidade: VIÇOSA



5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

6.1.1 Nome Completo: RAIMUNDO CARLOS DE MENEZES
6.1.2 Nome Social:
6.1.4 Etnia: Parda
6.1.6 Mãe: BETIZA PEREIRA NUNES
6.1.8 Sexo: MASCULINO
6.1.10 CPF:
6.1.12 Nacionalidade:
6.1.14 Passaporte:
6.1.16 Logradouro: MALHADA VERMELHA
6.1.17 Número: S/N
6.1.19 Bairro: ZONA RURAL
6.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE
6.2.1 Nome Completo: JEONIA CARLA GOMES MENEZES
6.2.2 Nome Social:
6.2.4 Etnia: Parda
6.2.6 Mãe: KELLIA GOMES PINTO MENEZES
6.2.8 Sexo: FEMININO
6.2.10 CPF: 07834224409
6.2.12 Nacionalidade:
6.2.14 Passaporte:
6.2.16 Logradouro: MALHADA VERMELHA
6.2.17 Número: S/N
6.2.19 Bairro: ZONA RURAL
6.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

6.1.3 Estado civil: Casado(a)
6.1.5 Identidade de Gênero:
6.1.7 Orientação Sexual:
6.1.9 Pai: Parda
6.1.11 Data de Nascimento: 04/08/1968
6.1.13 RG: Não informado
6.1.15 Profissão: AGRICULTOR
6.1.18 CEP:
6.1.20 Cidade: SEVERIANO MELO
6.2.3 Estado civil: Solteiro(a)
6.2.5 Identidade de Gênero:
6.2.7 Orientação Sexual:
6.2.9 Pai: Parda
6.2.11 Data de Nascimento: 23/04/1989
6.2.13 RG: 002970588
6.2.15 Profissão: AGRICULTOR(A)
6.2.18 CEP:
6.2.20 Cidade: SEVERIANO MELO

Ofício Único de Viçosa-RN

CONFERÊNCIA
Confiro a presente cópia xerox, reprodução fiel do original, e me foi exibido.
Em testº () da verdade.
VIÇOSA-RN, 14 de 09 de 2018.
Sylwia F. ...
DELEGACIA MUNICIPAL DE VIÇOSA-RN
CAPT. ...
DELEGADO SUBSTITUTO



7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não	7.1.2 Seguradora:
7.1.3 Chassi: *****31153	7.1.4 Renavam:
7.1.5 Placa: NVE5393	7.1.6 Estado:
7.1.7 Marca: CHEVROLET	7.1.8 Modelo: CLASSIC LS
7.1.9 Ano do Modelo: 2011	7.1.10 Ano de Fabricação: 2010
7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA	7.1.12 Tipo do veículo: AUTOMÓVEL
7.1.13 Nota Fiscal:	7.1.14 Número do Motor:
7.1.15 Nome do proprietário: BRADESCO LEASING SA ARRENDAMENTO	7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:
7.1.17 Nome do condutor: FRANCISCO SUELDO	
7.1.18 Observações:	

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O DECLARANTE COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL AFIRMANDO QUE NO DIA 06/06/2018, SEUS PAIS ESTAVAM indo da cidade de VIÇOSA/RN PARA A CIDADE DE UMARIZAL/RN, NO VEÍCULO CHEVROLET/ CLASSIC LS, DE PLACA NVE5393, VEÍCULO JÁ DESCRITO À CIMA; QUE AS 09:00 HORAS, JÁ PRÓXIMO À CIDADE DE UMARIZAL, NA RN 117, DEPOIS DO TREVO QUE DAR ACESSO A CIDADE DE MARTINS, O MOTORISTA FRANCISCO SUELDO FOI DESVIAR DE UNS BURACOS QUE TINHA NA RN E ACABOU PERDENDO O CONTROLE DO VEÍCULO E DESCEU O ATERRO; QUE SEU PAI FICOU DESACORDADO E COM HEMORRAGIA NO LOCAL E SUA MÃE TEVE FRATURA NO BRAÇO DIREITO E ALGUMAS ESCORIAÇÕES. QUE A POLÍCIA CIVIL E MILITAR FOI AO LOCAL E AÇIONOU O SOCORRO DA AMBULÂNCIA DA CIDADE DE UMARIZAL/RN, ONDE OS SOCORRISTAS LEVARAM PARA O HOSPITAL DE UMARIZAL, MAS PELA GRAVIDADE DOS FERIMENTOS FORAM TRANSFERIDOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE MOSSORÓ/RN; NADA MAIS DISSE. O DECLARANTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL POR SUAS DECLARAÇÕES.

9.2 Informações do CIOSP

9.3 Outras Providências

REGISTRO DE OCORRÊNCIA, EXPEDIÇÃO DE B.O. PARA O COMUNICANTE DAR ENTRADA NO SEGURO DPVAT DE SEUS PAIS E ENVIO DE CÓPIA AO CARTÓRIO PARA TOMAS AS MEDIDAS CABÍVEIS

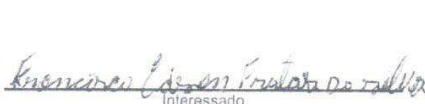
10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data: 31/07/2018 11:30:52


Policial


Interessado



Atendimento: 1758853 - ANTONIO EVANGELISTA GOMES

Impresso por: 1758853 - ANTONIO EVANGELISTA GOMES em 31/07/2018 11:31:08

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA



Ofício Único de Viçosa-RN

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICACAO

CONFERÊNCIA

Confiro a presente cópia e a reprodução fiel do original que me foi exibido.

Em test () da verdade.

VIÇOSA-RN, 04 de 09 de 2018





SINISTRO 3180515584 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA**CPF/CNPJ:** 03144454478**Posição em 15-04-2019 12:11:26**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/04/2019	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - CE
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 8766880007

FRAN 01 217339778 0000000000 2010

BRADESCO LEASING SA A MERCANTIL
 FORTALEZA CE

47509120000182 NVE5393

*****/CE 9BGSU19FOBB131153

PAS/AUTOMÓVEL/NAO APLIC. ALCO/GASOL

CHEVROLET/CLASSIC LS

5P/78CV/100CC

PARTIC VERMELHA

2010 2011

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0000000000

DATA 24/06/2010

ARREND. EMANUEL MARCIANO TAVARES**

FORTALEZA

Seguradora de Seguros Consórcios
 LOTE/Doto Seguradora DPVAT S/A
 MOTOR: NAA022726248.608/0001-04

CENº 8766880007
 BILHETE DE SEGURO DPVAT

BRADESCO LEASING SA A MERCANTIL
 FORTALEZA CE

47509120000182 NVE5393

CENº 8766880007

BRADESCO LEASING SA A MERCANTIL

217339778 CHEVROLET/CLASSIC LS

2010 01 9BGSU19FOBB131153

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0000000000

DATA EMISSÃO 24/06/2010

PROCURAÇÃO PARTICULAR

BENEFICIÁRIO/VÍTIMA:

Nome: Francisco Eugênio de Souza
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: casado
Profissão: Agricultor Identidade: 003.426.043
Endereço: Al. Doutor Francisco Silvestre, 1.514, Centro
Vicosa

PROCURADOR:

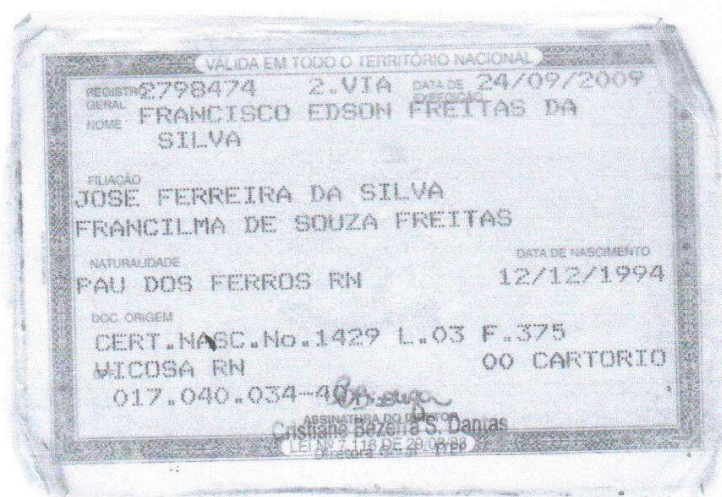
Nome: Francisco Edson Freitas da Silva
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: solteiro
Profissão: Agricultor Identidade: 2798474
CPF: 037.040.034-40
Endereço: Al. Doutor Francisco Silvestre, 1.514, Centro
Vicosa

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, podendo o mesmo representar-me perante a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, bem como perante qualquer seguradora que faz parte do Consórcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Líder (Correios, Sincors e Corretores), para fim específico de dar entrada no meu seguro DPVAT, podendo para tanto, assinar aviso de sinistro, autorização de pagamento e prestar declarações, bem como, levantar valores decorrente da indenização do Seguro DPVAT, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal ou Bradesco ou qualquer outra agência credenciada, podendo ainda assinar, dar e receber quitação, tudo para o fiel cumprimento deste mandato.

ASSÚ, RN 04/09/2018
Local e data

Francisco Eugênio de Souza
Assinatura do Beneficiário/Vítima
(reconhecer firma por autenticidade)







SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA
BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 14691 /2018
Admissão: 06/06/2018 12:36:35

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 13323 - FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA (62 a 7 m 22 d)

Sexo: M Cor: PARDA

Nascimento: 15/10/1955 Natural: MOSSORO, BRASIL
CNS: 700206982562622 CPF: 03144454478
Mãe: RAIMUNDA MARIA DE FREITAS Pai:
Logradouro: ANTONIO BRUNO, 1
CEP: 59815000 Bairro: CENTRO
Telefone: 84.999572178 84 999572178 Compl:

Cidade: VICOSA

Motivo (alegado pelo paciente): CAPOTAMENTO
Origem: AMBULANCIA OUTRO

Tipo: REGULADO
*Empresa:

OBS: dra GESSICA - Umarizal					Classificação: 06/06/2018 12:21:40			PESO:	
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 70 anos, acidente automobilístico, trauma em cabeça e MMSS. Sangramento em cavidade de oral e dor em região cervical
Hora: 13:00

Paciente Geriátrico vítima de acidente automobilístico. Trauma em nariz e cabeça por 3 horas. Refere dor em MMSS e sangramento ativo na boca. Hemorragias conjuntivas. Afebre cervicalgia, vias aéreas puras. B: Espirais, MIO EAH, BORGAS em ambos HT. C: sangramento ativo na boca, hemorragias conjuntivas. D: Glasgow 30, 5V, (digo) Glasgow 19 da amplitude de movimento em extremidade superior direita e sangramento ativo na pele. BOM Refere dor abdominal ABD: flácido, dor abdominal e palpação.

Diagn. Inicial: TCE?

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1) Solicito Rx de Punho 2, 3 e 4			
2) Solicito TC de crânio e face			
3) Avaliação da neurocrânica			
4) Vida zero			
5) Avaliação do Bacia			
6) Meto 200			
7) Soro 1500 ml - IV		14:40	
8) Paracetamol - 1 comprimido IV			
9) Polta 1 comprimido PO			
10) Aspirina 75mg - 1 comprimido			
11) Osinole			

*Saída: - () Decisão médica; () Enc. outro Serviço; () Evasão; () Interna: CID 12.1 Proc. 05.03.04.011-
Data: 6/6/18. Hr: 13:40 Ass. Médico: [Assinatura]

*Gerado via SX por SONIA MARIA DA SILVA. Impresso em 06 de Junho de 2018.



te crânio: não, exceto fratura de série maxilar
Bilat, nasal
te coluna: fratura processo espinhoso C2

HOSPITAL REGIONAL MOSSOROIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSOROIA 30/07/2018
BIM
SAME/ARQUIVO



HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

20/6/89

PERMISSÃO

O abaixo assinado, autoriza aos Srs. Médicos do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia a realização de necropsia, amputações, intervenções e outros exames que se fizerem necessários ao paciente FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA (Fia: 1788/2018), CPF:03144454478.

Declaro, outrossim, que não houve pressão pelos médicos, assistentes sociais ou quaisquer outros funcionários deste hospital para obtenção da autorização, que é dada por livre e espontânea vontade.

Mossoró/RN, 06 de Junho de 2018.

NÚCLEO DE VIGILÂNCIA
EPIDEMIOLÓGICA - H.R.T.M.

DATA 12/07/18

Assinatura

Roberto Pedro de Oliveira Neto

Paciente ou responsável

CCIH - HRTM

DATA

12/07/18

Assinatura

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 30.07.2018

SAME/ARQUIVO



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

2 - CNES
2503689

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

4 - CNES
2503689

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE
FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA (8 - 1788/2018)

6 - Nº DO PRONTUÁRIO
201689

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)
700206982562622

8 - DATA DE NASCIMENTO
15/10/1955

9 - SEXO
Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR
PARDA

10.1 - ETNIA

11 - NOME DA MÃE
RAIMUNDA MARIA DE FREITAS

DDD
84

12 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TELEFONE
999572178

13 - NOME DO RESPONSÁVEL
FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

DDD
84

14 - TELEFONE DE CONTATO
Nº DO TELEFONE
999572178

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)
ANTONIO BRUNO, 11 - CENTRO

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
VICOSA

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO
241490

18 - UF
RN

19 - CEP
59815000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

paciente automobilístico

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM INTERNAÇÃO

fratura na coluna

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS E PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)

fratura de C2 e C6

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

FRATURA DA SEGUNDA VÉRTEBRA CERVICAL

24 - CID 10
PRINCIPAL
S12.1

25 - CID 10
SECUNDÁRIO

26 - CID 10
CAUSAS ASSOC.

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

TRATAMENTO CONSERVADOR DE TRAUMATISMO RAQUIMEDULAR

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO
303040114

29 - CLÍNICA
CIR

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO
2

31 - DOCUMENTO
() CNS (X) CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) PROF. SOLICITANTE / ASSISTENTE
26109509850

33 - NOME DO PROF. SOLICITANTE / ASSISTENTE
STARLYNN FREIRE DOS SANTOS

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO
06/06/2018

35 - ASSIN. E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROF. AUTORIZADOR
FERNANDO ALBUERNE BEZERRA

47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

52 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO
(X) CNS () CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) PROFISSIONAL AUTORIZADOR
207281399060005

ESTÁ CONFORME O CNH
SAME MOSSORÓ
30/07/2018
Bim
SAME/ARQUIVO

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSIN. E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)



HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA

302-3

PACIENTE: FRANCISCO EUFRÁSIO DE SOUZA

DIAGN: TRM (FRATURA DE PROCESSO ESPINHOSO DE C2) + TRAUMA DE FACE

DI: 06/06/18

DATA: 01/07/18

Paciente bem, sem intercorrências, mantendo déficits e em uso de colar cervical.

AO EXAME: Vigil, consciente, glasgow=15, tetraparesia com predomínio de paraparesia braquial distal. Eupneico, sem sinais de TVP.

Tc: FRATURA DE PROCESSOS ESPINHOSOS DE C2 e c6 + fraturas de seio maxilar bilateral, osso nasal, parede lateral de órbita D

RM de Coluna Cervical em anexo (Há contusão medular / Hipersinal da Medula cervical).

Cd: cirurgia foi cancelada devido à falta de vaga de UTI/ aguarda nova data para cirurgia

Le SMC faria hoje - umgu curar.

1. Dieta branda laxativa - tronco elevado a 30º	Paciente
2. SF0,9% 1000ml EV em 24h	1º - 2º
3. Dipirona 2ml + ABD IV 6/6h fixo	10-16-22-04
4. Plasil 2ml + ABD IV 8/8h sn	SLW
5. Antak 50mg EV 8/8h	14-22-06
10. Cabeceira Elevada 30º	OK
11. Observação Neurológica RIGOROSA	atenção
12. Tylenol 50gts VO 6/6h sn	SLW
13. Colar cervical a todo momento	atenção
14. Fisioterapia motora e respiratoria	
15. hgt 6/6h. Insulina R Sc conforme hgt e protocolo (ou G50% 2amp Ev lento se hgt<70)	10-16-22-04
17. SVA 6/6h se bexigoma	22
18. Clonazepam 2mg 1cp VO a noite.	10
19. Clexane 40mg SC 1x/dia	

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTA CONFORME O ORIGINAL
CAME MOSSORÓ 20/07/2018

SAME/ARQUIVO

Dr. Carlos da Costa
Neurocirurgia
CRM 10.445





Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Umarizal
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ nº 12.439.069/0001-03 - Av. Gavião, 19 - Centro - Umarizal/RN
CEP 59.865-000 - Telefone (84)3397-2522
Centro de Saúde Dom Elizeu Mendes



ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

NOME: Francisco Lourenço de Jesus IDADE: 60 anos
ENDEREÇO: Rua Antônio Paulo (Vicente)
DATA: 06/06/18 HORA: 10:00 h
PA: 90 x 50 mm Hg.
HDA: Paciente vítima de acidente automobilístico, com lesão e contusão
relatando dores de cabeça e sangramento nasal, bem como
em pouca quantidade.
H.D: _____
PRESCRIÇÃO: ST C19 7.000 mg 1x 1x
* Sumário 1 ano em 100 mg de ST C19 7.
* Simetolololol.
* Aspiração Endotracheal
ASSINATURA MÉDICA: _____
Dra. Glenda Carlos
Médica
LIBERADO HORA: _____
CRM/RN 9261

BR 01/01/2018 09:27:27



CSUS - RN

FICHA DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE SAÚDE DE VIÇOSA

Unidade de Origem

PSF SIM () NÃO ()

Unidade

Prestação

Família

Paciente: Guaraciela Romona de Brito N. Cruz Município

Endereço:

Idade

Sexo: M

☒

Ocupação

Nome do Responsável:

Resumo Clínico:

DADOS CLÍNICOS

Resultado dos Exames:

Tratamento já Realizado:

Impressão Diagnóstica:

Médico

CRM

Data

AGENDAMENTO

Encaminhado à especialidade

Consulta marcada para a Unidade

Para o Dr.

às

horas do dia:

SUS - RN

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA

Preencher quando resolvido o problema que gerou a solicitação

Unidade Referência:

Paciente:

Município:

ATENÇÃO PRESTADA

Resumo Clínico

Resultado dos Exames realizados:

Diagnóstico:

Conduta:

CID:

Observações:

Médico

CRM

Data

Garantida a continuidade da assistência cadastrando ao paciente sob o n.º

UNIDADE

PRONTUÁRIO

FAM





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os fins que se fizerem necessários que
Renato Ezequiel de Souza foi atendido (a)
neste serviço médico, tendo sido liberado (a) a seguir. Devendo ficar afastado de suas
atividades do trabalho por 1 ano (360) dias, a partir desta data.

CID-10: U50.0 Natal (RN), 04 de Julho de 2015

Submetido à descompressão
da coluna cervical em
02/07/2016
(Tetráparesia)

Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

REQUISIÇÃO DE PARECER

Nome: Francisco E. Silva Idade: 30 L Nº Reg. 3
Serviço: Un Enfº: 30 L Leito: 3

AO SERVIÇO: Carina

MOTIVO DA CONSULTA: (Especificar os dados sobre os quais deseja opinião e enumerar os principais sintomas do enfermo)

estende-se a toda a cervical
semelhante a uma encefalopatia

Mossoró, 21 de 6 de 20 19

Médico que solicita o parecer

PARECER:

Dr. Carlos

Procedido com exames de - Radiografia, de - Ultrassom,
sem alterações estruturais.
Apesar de consideráveis alterações
Apesar de exames
- ECG: supraventricular, aférril
- Ax: RCR, 2ª, 3ª
- Ax: MVA, sem RAO
RA = 110770 600 BRD
Apesar de exames consideráveis
- DOR: Procedido a cirurgia de emergência
(caso necessitando a intervenção cirúrgica)





P/Francisco Eufrázio de Souza

Laudó Médico

Paciente com história de TRM cervical ocorrido após acidente automobilístico em Junho/2018. Apresentava-se com tetraparesia acentuada, sendo submetido à cirurgia de descompressão e estabilização cervical posterior no Hospital Memorial. Apresenta como sequelas: tetraparesia grau 4, incoordenação de membros, desequilíbrio de marcha e dor neuropática em membros. Segue terapia medicamentosa e fisioterápica ; além , de controle de imagem.

CID 10-S 12/R52.1

Natal, 15 de Março de 2019.

Gladstone S. Costa
NEUROCIRURGIA
CRM/RN 4428

Gladstone Costa
Neurocirurgia
CRM 4428/RN





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Apodi

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº: 0801165-46.2019.8.20.5112

CHECKLIST INICIAL DE PROCESSO

Em análise inicial do presente feito foram constatados pela Secretaria Judiciária os requisitos necessários abaixo descritos, sendo assinalado(s) com 'X' a(s) irregularidade(s) encontrada(s), se existente(s):

[OK] Pagamento de custas processuais (FDJ e/ou FRMP) ou Pedido de Gratuidade Judiciária, acompanhado de declaração de hipossuficiência ou outro documento hábil;

[OK] Endereço completo da parte requerida;

[OK] Documentos pessoais da parte autora/exequente;

[OK] Instrumento procuratório em favor do(a) subscritor(a) da inicial, devidamente assinado pela parte autora/exequente;

[OK] Valor da causa, adequado ao proveito econômico pretendido;

[OK] Comprovante de residência;

[OK] Em caso de Seguro DPVAT, Comprovante da negativa no acionamento prévio da seara administrativa, considerando os precedentes recentes do Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 839314, RE 938348, RE 938340 e RE 826890).

Apodi/RN, 18 de abril de 2019.

(Assinado Digitalmente - Lei nº 11.419/2006)

FRANCISCO ANTONIO DE FREITAS SOUZA
Servidor(a)

*NA: Não se Aplica





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Apodi

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº: 0801165-46.2019.8.20.5112

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, esclarecer os fatos que ensejaram a propositura da demanda neste juízo, tendo em vista que o autor reside em Viçosa/RN e o acidente aconteceu na RN 117, mais precisamente no trevo que dá acesso à cidade de Triunfo Potiguar/RN, o que pode caracterizar, em tese, violação às regras de competência e ofensa ao princípio do juiz natural.

Em seguida, faça-se nova conclusão dos autos.

Providências necessárias a carga da Secretaria Judiciária.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 19 de abril de 2019.

(Assinado Digitalmente - Lei nº 11.419/2006)

ANTONIO BORJA DE ALMEIDA JUNIOR
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Apodi

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº: 0801165-46.2019.8.20.5112

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Decisão Interlocutória

Vistos.

Trata-se de **ação de cobrança do seguro DPVAT** envolvendo as partes em epígrafe.

A parte autora foi intimada para esclarecer os fatos que ensejaram a propositura da demanda neste juízo, tendo em vista que reside em Viçosa/RN e o acidente aconteceu na RN 117, mais precisamente no trevo que dá acesso à cidade de Triunfo Potiguar/RN, contudo, manteve-se silente.

É o relatório.

Fundamento e decido.

De acordo com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça nos temas 606 e 607, em regime de recurso repetitivo, ***“em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma)”***. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013)

Assim, para o STJ, trata-se de hipótese de **competência concorrente**, ou seja, como o seguro DPVAT ancora-se em **finalidade eminentemente social**, qual seja, a de garantir, inequivocamente, que os danos pessoais sofridos por vítimas de veículos automotores sejam compensados ao menos parcialmente, torna-se imprescindível **garantir à vítima do acidente amplo acesso ao Poder Judiciário** em busca do direito tutelado em lei.



Contudo, embora seja amplo o espectro de escolha (três foros concorrentes), a vítima não pode escolher outro foro além do de seu domicílio, do local do acidente ou do domicílio do réu, sob pena de caracterizar violação às regras de competência e ofensa ao princípio do juiz natural.

No caso dos autos, embora o autor resida em Viçosa/RN e o acidente tenha ocorrido em Triunfo Potiguar/RN, e, bem ainda, o réu possua endereço no Rio de Janeiro/RJ, a ação foi proposta em foro distinto, a saber na Comarca de Apodi/RN, que é absolutamente incompetente para processar e julgar esta demanda, segundo o precedente vinculante do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com supedâneo nas razões fático-jurídicas elencadas, **DECLARO a incompetência absoluta deste juízo e REMETO os autos ao foro da Comarca de Portalegre/RN**, local do domicílio do autor.

P. I. Cumpra-se.

Apodi/RN, 17 de junho de 2019.

(Assinado Digitalmente - Lei nº 11.419/2006)

ANTONIO BORJA DE ALMEIDA JUNIOR
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Portalegre
Avenida Doutor Antônio Martins, 116, Centro, PORTALEGRE - RN - CEP: 59810-000

Processo: 0801165-46.2019.8.20.5112

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

Parte Demandada: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO INICIAL

Tendo em vista que não há nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (art. 99, §2º), DEFIRO a Assistência Judiciária Gratuita à parte requerente em face de estar demonstrada, nesse momento, a presunção da necessidade (CPC, art. 99, §3.º), sem prejuízo de revogação posterior *ex officio* (Lei n.º 1.060/50, art. 8º, c/c art. 99, §2º do CPC).

Considerando, em tese, que a inicial preenche os requisitos legais, não se tratando de hipótese de improcedência liminar do pedido, DETERMINO a citação e intimação da parte requerida para audiência de CONCILIAÇÃO a ser designada pela secretaria (CPC, art. 334, *caput*).

A intimação da parte autora para a audiência será feita na pessoa de seu advogado (art. 334, §3º).

Tendo em vista que a parte autora se manifestou pelo desinteresse na composição consensual e que a não realização da audiência de conciliação depende da manifestação de ambas as partes (art. 334, §4º, I), caso a parte demandada também não tenha interesse na realização da referida audiência, deverá peticionar até 10 (dez) dias antes da data prevista, considerando o silêncio como interesse na realização do ato.

Apresenta petição no sentido de não realização da audiência, a secretaria deverá promover o cancelamento. Em consequência, a contestação deve ser juntada aos autos no prazo de 15 (quinze) dias, contados do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação (art. 335, II). Acaso a parte demandada quede inerte ou manifeste pelo interesse na realização da audiência, deve a secretaria manter a pauta. Neste caso, o prazo para a defesa apresentar contestação será contado a partir da audiência de conciliação.



As partes deverão comparecer pessoalmente, importando o não comparecimento em ato atentatório à dignidade da justiça, o que acarretará a aplicação da multa prevista no art. 334, §8º, CPC. As partes podem constituir representantes, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §10). No entanto, a representação não poderá ser feita pelo próprio procurador constituído, (cumulação simultânea de preposto e advogado), mas por representação (CC, arts. 115 e ss), que é vínculo de preposição, em razão da vedação do Código de Ética e Disciplina da OAB (art. 23), posição já adotada pelos Juizados Especiais Cíveis no Enunciado do FONAJE n.º 98.

Apresentada contestação e sendo suscitados preliminares (art. 337) ou anexados novos documentos pela defesa (art. 437, §1º), deverá a secretaria proceder com o cumprimento das disposições dos art. 351 do CPC, INTIMANDO parte autora, para, querendo, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Só após deverá fazer os autos conclusos.

Cumpra-se.

PORTALEGRE/RN, 18 de setembro de 2019

EDILSON CHAVES DE FREITAS

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Portalegre
Avenida Doutor Antônio Martins, 116, Centro, PORTALEGRE - RN - CEP: 59810-000

0801165-46.2019.8.20.5112 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA
SEGURADORA DPVAT

ATO ORDINATÓRIO

Com fulcro no art. 78, do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do RN, e no art. 152, VI do CPC/15, e por ordem do(a) Exmo(a) Sr.(a) EDILSON CHAVES DE FREITAS, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Portalegre, fica designado o dia **20/05/2020 08:20**, na sala de audiências deste Juízo, para a realização de(a) Audiência de **Conciliação - Justiça Comum**, ficando as partes e seus advogados intimados com a ciência/publicação deste ato para comparecimento, com as devidas cautelas e advertências.

SANDRA THATIANNY DE FREITAS REGO

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Portalegre
Avenida Doutor Antônio Martins, 116, Centro, PORTALEGRE - RN - CEP: 59810-000

Destinatário:

Nome: SEGURADORA DPVAT

Endereço: Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

CARTA DE CITAÇÃO

0801165-46.2019.8.20.5112

FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). EDILSON CHAVES DE FREITAS, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Portalegre/RN pela presente, extraída dos autos do processo supra identificado, na conformidade do despacho e da petição inicial, constante dos referidos autos, **CITAR** Vossa Senhoria para os termos da presente ação, bem como INTIMÁ-L(O) para comparecer à audiência de Conciliação - Justiça Comum, aprazada para o dia 20/05/2020 08:20, a ser realizada na Sala de Audiências desta Vara Única, localizada no endereço indicado no cabeçalho desta carta.

ADVIRTAM-SE AS PARTES QUE a audiência somente não será realizada se: I – ambas as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual; o autor, na petição inicial, e o réu, em petição protocolada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da audiência; II – em havendo litisconsórcio, todos manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual.

ADVIRTAM-SE AS PARTES ainda que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC). FICA(M) A(S) PARTE(S) DEMANDADAS (S) ADVERTIDA(S) de que poderá(ão) oferecer (em) contestação(ões), por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I – não realizado acordo, da audiência de conciliação/mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II – da data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação apresentado pelo réu, manifestando desinteresse na composição consensual, com prazo de 10 (des) dias de antecedência da audiência.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que acompanham e do despacho judicial que determinou a citação, poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o(s) código(s) dos respectivos documentos, conforme tabela abaixo, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**



Petição Inicial	Petição Inicial	19041609273750800000040651371
INICIAL	Outros documentos	19041609133755100000040651398
Procuração, contrato de trabalho e declaracao de pobreza	Outros documentos	19041609141569900000040651432
Documentos pessoais	Outros documentos	19041609145784400000040651458
comprovante de endereço	Outros documentos	19041609152149400000040651479
B.O	Outros documentos	19041609185351600000040651626
Processo adminitrativo	Outros documentos	19041609231098700000040651829
documento do veiculo	Outros documentos	19041609233946800000040651859
PROCURACAO PARTICULAR	Outros documentos	19041609252747100000040651925
prontuários-otimizado 1	Outros documentos	19041609263231700000040651973
prontuários-otimizado 2	Outros documentos	19041609264521200000040651982
LAUDO MEDICO	Outros documentos	19041609265930300000040651988
Certidão	Certidão	19041817344033700000040707339
Despacho	Despacho	19042410025569900000040715738
Decisão	Decisão	19061910240467500000043123271
Despacho	Despacho	19092511152936200000047338742

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

PORTALEGRE/RN, 10/03/2020.

SANDRA THATIANNY DE FREITAS REGO

Chefe de Secretaria



EM ANEXO:



MOSSORO & ADVOGADOS ASSOCIADOS
KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
RUA ANTONIO VIEIRA DE SÁ 986
AEROPORTO-MOSSORO-RN
(84)99991-1313.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CVEL
DA COMARCA DE PORTA ALEGRE-RN.**

PROCESSO Nº 0801165-46.2019.8.20.5112

AUTOR: FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER.

Douto Julgador,

FRANCISCO EUFRAZIO DE SOUZA, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Exa., expor e ao final requerer o seguinte:

Compulsando os autos observa-se fora proferido o seguinte despacho:

*“ De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). EDILSON CHAVES DE FREITAS, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Portalegre/RN pela presente, extraída dos autos do processo supra identificado, na conformidade do despacho e da petição inicial, constante dos referidos autos, **CITAR** Vossa Senhoria para os termos da presente ação, bem como INTIMÁ-L(O) para comparecer à audiência de Conciliação - Justiça Comum, aprazada para o dia **20/05/2020 08:20, a ser realizada na Sala de Audiências desta Vara Única**, localizada no endereço indicado no cabeçalho desta carta.*

ADVIRTAM-SE AS PARTES QUE a audiência somente não será realizada se:



I – ambas as partes manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual; o autor, na petição inicial, e o réu, em petição protocolada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da audiência;

II – em havendo litisconsórcio, todos manifestarem expressamente desinteresse na composição consensual. ADVIRTAM-SE AS PARTES ainda que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, do NCPC)."

Esclarece a parte autora que a experiência tem demonstrado seu absoluto desinteresse da promovida na realização na audiência de conciliação.

Do mesmo sentido a parte requerente já requereu na inicial também o seu desinteresse na realização da audiência infra citada, mesmo porque tratando-se de DPVAT, a mesma é absolutamente desnecessária, visto que, a Seguradora Lider, por questão de ordem legal a promovida é vedada a fazer acordo em qualquer demanda similar por força do **art. 31, II da Lei 11.945/2009.**

-DA PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL:

Ora Douto Julgador, o DPVAT, é tratado por lei especial, onde a norma jurídica determina que basta a realização da prova pericial que o Douto Magistrado, possa proferir o seu julgamento.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em conjunto com a Seguradora Lider, decidiram, acordaram que o Magistrado poderá nomear perito de sua confiança para realizar a prova pericial.

Entende o autor que basta apenas seja determinado e consequentemente realizado a prova pericial firmada nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, para se o Douto Magistrado, venha a sentenciar a presente demanda.

- DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V. Exa., que seja dispensado a realização da audiência de conciliação, sendo determinada a realização da prova pericial, tratada nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, momento que, desde já apresenta a parte requerente os quesitos a serem respondidos pelo douto perito, afirmando ainda que não indicara assistentes técnicos, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,



Pede deferimento.

Porta Alegre-RN, em 14 de março de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN 7469.



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

_____.

EXISTEM

SEQUELAS

RESIDUAIS?

_____.

Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.



QUAL A REPERCUSSAO FUNCIONAL DA DEBILIDADE NO MEMBRO
SUPERIOR/INFERIOR, ATINGIDO?

Sem mais, em ____/____/____.

(Assinatura – carimbo – CRM)

